

A natureza jurídica do imposto municipal sobre serviços e as diretrizes principiológicas na fixação de suas alíquotas.

Área do conhecimento: Direito Tributário.

Andrea Meire Menezes de Souza Nascimento

Filipe Moreira da Silva

Frederico Menezes Breyner

Joao Vitor Carvalho Ribeiro

UAM, UNIFACS, FDMC, UNA

Introdução

A pesquisa investigou os fatores que propiciam a fixação de alíquotas distintas do ISSQN para os diversos serviços, bem como a existência de diretrizes principiológicas extraídas da Constituição para guiar referida fixação.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é o de definir a natureza jurídica do imposto sobre serviços como imposto direto ou indireto e identificar os princípios determinantes na fixação de suas alíquotas

Metodologia

Foi utilizado método dedutivo e pesquisa bibliográfica e documental.

Resultados

Independentemente de sua concepção como concreção ou alternativa ao princípio da capacidade econômica, o princípio da seletividade pode ser reconduzido a uma noção de justiça distributiva, como uma tentativa de evitar a repercussão dos impostos indiretos no preço de bens e serviços essenciais.

Conclusões

O princípio da seletividade pode ser adotado como um guia para a atividade do legislador municipal na fixação de alíquotas do ISSQN, servindo a essencialidade dos serviços como um critério para balizar a adoção de alíquotas mais baixas.



Apoio: Edital Pró-Ciência 2023/1 - Ecosistema Ânima